



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

**287ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Videoconferência

Brasília, 24 de fevereiro de 2022

ATA DA 287ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 24 de fevereiro de 2022

LOCAL: Microsoft *Teams* – Videoconferência

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
SPREV/MTP – Rogério Nagamine Costanzi	FS – Odair Antônio Bortoloso
INSS – José Carlos Oliveira	UGT – Natal Léo
INSS – Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano	CUT – Arioaldo de Camargo
MTP – Benedito Adalberto Brunca	CNPA – Edivandro Soares de Araújo
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	CONTAG – Evandro José Morello
FEA-USP – José Roberto Ferreira Savoia	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa	CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Paulo Augusto Ferreira Bouças
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo
	CNT – Brunno Batista Contarato

Convidados	
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	SPREV/MTP – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza
SPREV – Adriana Bezerra Santos	SPREV – Otavio José Guerci Sidone
SPREV – Andrea Velasco Rufato	INSS – Sebastião Faustino de Paula
SPREV – Eduardo da Silva Pereira	ASCOM/MTP – Talita Lorena
UGT – Francisco Canindé Pegado	ANEPS – Wesley Santos Cambui
Banco do Brasil – Lidia Vieira Rocha Roza	

1 I – ABERTURA

2 Presidindo a mesa, o Conselheiro Benedito Adalberto Brunca abriu a 287ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
3 Previdência Social – CNPS.

4 II – EXPEDIENTE

5 O **Senhor Presidente** deu posse ao novo conselheiro, o Sr. Edivando Soares de Araújo, representante da Confederação
6 Nacional dos Pescadores e Agricultores (CNPA), em substituição ao Sr. Walzenir Oliveira Falcão. Na sequência, o **Sr.**
7 **Presidente** colocou em apreciação e aprovação as Atas da 285ª e 286ª Reuniões Ordinárias do CNPS. Havendo a
8 concordância de todos, as Atas foram aprovadas à unanimidade.

9 III – ORDEM DO DIA

10 O **Sr. Presidente** socializou a pauta da reunião: I – Abertura: 1) Posse do novo conselheiro; II – Expediente: 1) Aprovação
11 das Atas da 285ª e 286ª Reunião Ordinária do CNPS; III – Ordem do Dia: 1) Novo Modelo de Prova de Vida dos Beneficiários
12 do INSS: Apresentação: José Carlos Oliveira, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Leonardo José Rolim
13 Guimarães, Secretário de Previdência (SPREV/MTP); 2) Orçamento do INSS para 2022: Apresentação: José Carlos Oliveira,
14 Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Previdência
15 (SPREV/MTP); 3) Resultados RGPS 2021: Apresentação: Rogério Nagamine, Subsecretário do Regime Geral de Previdência
16 Social (SRGPS/SPREV/MTP); 4) Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de janeiro de 2022, sobre reajuste de
17 benefícios do INSS: Apresentação: Rogério Nagamine – Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social
18 (SRGPS/SPREV/MTP; IV – Informes; V – Encerramento. Em seguida, **Sr. Presidente** convidou o Presidente do INSS para
19 realizar a primeira exposição. Em breve introdução, o **Sr. José Carlos Oliveira** explanou que realizaria uma exposição sobre
20 a ideia e as ações tomadas em relação à inversão do ônus da prova de vida e, posteriormente, sobre a situação que esse
21 processo se encontrava. Explicou que a prova de vida continuava sendo necessária, porém, a obrigação de realizá-la
22 passou ao INSS a partir da publicação da Portaria MPT nº 220/21. Relatou que, em seu entendimento, esse sempre deveria
23 ter sido o processo utilizado, uma vez que o Estado possui informação, em várias bases de dados, que podem ser
24 consultadas. Esclareceu que o INSS realizará parcerias para contemplar as situações em que não houver movimentação
25 do cidadão, dentre elas, com os Correios, em que o próprio carteiro poderá realizar essa prova de vida. Destacou que as
26 fraudes continuarão sendo coibidas e informou que o Ministro solicitou um adendo, no Aplicativo “Meu INSS”, para
27 facilitar a identificação dos segurados, e que estão buscando utilizar o mesmo modelo adotado pela Receita Federal, para
28 emissão do CPF no período de pandemia, no qual o cidadão fotografa o seu rosto com o documento de identificação. Na
29 sequência, o **Sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano** apresentou as ações implementadas pelo INSS, sendo:
30 publicação da Portaria PRES/INSS nº 1.408/21, que disciplina os procedimentos com relação à prova de vida no âmbito do
31 INSS; realização de reunião com a FEBRABAN na qual foi formado o Grupo de Trabalho para tratar da operacionalização
32 da prova de vida, conforme previsto nas Portarias MPT nº 220/21 e PRES/INSS nº 1.408/21; realização dos desbloqueios,
33 de forma automática, de cerca de 200 benefícios com pagamento bloqueado; reativação de forma automática dos
34 benefícios suspensos (cerca de 57 mil benefícios); reativação dos benefícios cessados que possuam solicitação de

35 reativação junto ao INSS; conclusão de cerca de 29 mil tarefas pendentes de prova de vida nas Centrais de Análise de
36 Benefícios (CEABs) Manutenção; retirada do comando de bloqueio de pagamento de cerca de quatro milhões de
37 benefícios que seriam processados de forma compacta em de fevereiro. Acrescentou que os bancos formalizaram um
38 questionário, contendo dúvidas comuns às Instituições Financeiras, que foi respondido pelo INSS e DATAPREV e devolvido
39 à FEBRABAN em 23 de fevereiro de 2022, para confecção de um manual de orientação aos bancos. Relatou que, no dia 17
40 de fevereiro de 2022, foi assinada a Portaria DIRBEN nº 15, criando o Grupo de Trabalho que disciplinará os procedimentos
41 referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários e, em 18 de fevereiro de 2022, foi divulgado o Ofício DIRBEN nº
42 03, que disciplina o tratamento dos benefícios que possuem requerimento de comprovação de vida. Aberto espaço para
43 questionamentos, o **Sr. Natal Léo** perguntou por qual motivo o saque direto no banco não vale como prova de vida. Em
44 resposta, o **Sr. José Carlos Oliveira** esclareceu que o saque por biometria é considerado, assim como todas as operações
45 bancárias que utilizam esse mesmo mecanismo. Registrou que o aplicativo desenvolvido pelo Banco do Brasil será utilizado
46 e pontuou que os demais bancos deveriam, também, desenvolver esse mesmo aplicativo. O **Sr. Paulo Augusto Ferreira**
47 **Bouças** afirmou que passará essa solicitação à FEBRABAN e à CNF. Com a palavra, a **Sra. Lidia Roza** esclareceu que o
48 aplicativo desenvolvido pelo Banco do Brasil permite a realização da prova de vida por meio do envio de documentos e
49 foto, os quais são conferidos automaticamente. Além disso, arrazoou que a prova de vida também pode ser realizada
50 pelos terminais de autoatendimento e pelo atendimento presencial. Informou que está sendo desenvolvida ferramenta
51 para realização da prova de vida por meio do *WhatsApp*. O **Sr. Presidente** lembrou que foi apresentado vídeo institucional
52 do Banco do Brasil sobre esse sistema. O **Sr. Paulo Bouças** comentou que esse vídeo foi atualizado, disponibilizando-o
53 para ser compartilhado. O **Sr. José Carlos Oliveira** ressaltou que a FEBRABAN parabenizou o INSS e o MTP pelo feito
54 realizado no mesmo dia em que lançaram o novo processo de realização de prova de vida no Palácio do Planalto, e
55 registrou que os três maiores bancos, Itaú, Santander e Bradesco, se propuseram a colaborar nesse processo. O **Sr. Odair**
56 **Antonio Bortoloso** externou sua preocupação com o ônus da prova, pois será um campo fértil para fraude. O **Sr. Francisco**
57 **Canindé Pegado do Nascimento** discordou totalmente da alegação anterior e explanou que a premissa de fazer ajuste
58 para ter controle, eficácia, eficiência e responsabilidade criminal, está sendo planejada. O **Sr. Natal Léo** ponderou que a
59 sua preocupação está apenas relacionada ao recebimento do carteiro na residência dos aposentados, uma vez que falsos
60 carteiros poderiam se aproveitar dessa situação e invadi-las. O **Sr. Evandro José Morello** elogiou a iniciativa do INSS e
61 concordou com a utilização das tecnologias disponíveis. Observou que, a dificuldade de alguns beneficiários em realizar a
62 prova de vida pelas regras da biometria, deve ser tratada como uma parte residual, visto que a possibilidade de um
63 aposentado ou pensionista do INSS não comparecer a uma agência bancária, para receber o seu benefício pelo menos
64 uma vez ao ano, é muito difícil. Pontuou que a situação dos Correios é um bom indicativo, mas não saberia se seria
65 suficiente, entendendo que, talvez, seria necessário pensar em algumas ferramentas complementares que possam, de
66 fato, atender, integralmente, os beneficiários. Colocou a CONTAG à disposição para contribuir, especialmente, em relação
67 aos beneficiários das áreas rurais, que podem ter um grau de dificuldade maior de acesso à prova de vida. O **Sr. Presidente**
68 destacou que nenhuma das alternativas existentes não foi desabilitada, que estão sendo criados outros elementos e
69 formas adicionais para ampliação da possibilidade de realização da prova de vida. O **Sr. Edivando Soares de Araújo**

70 parabenizou o INSS pela iniciativa e afirmou que devem trabalhar na correção de qualquer fragilidade ou possibilidade de
71 fraude. O **Sr. José Carlos Oliveira** esclareceu que a parceria dos Correios é uma das que pretendem realizar, além das
72 demais, para a efetivação da prova de vida dos remanescentes. Acrescentou que não serão consideradas apenas as
73 operações por biometria e discorreu que o INSS ficará vigilante em relação às fraudes. Com a palavra, o **Sr. Presidente**
74 encerrou essa primeira parte do item da ordem do dia, explicando que o CNPS será informado das evoluções dos trabalhos
75 do INSS nesse aspecto por se tratar de um ambiente importante de conhecimento e proteção do Regimento Geral de
76 Previdência. Informou que foi enviado, ao grupo de *WhatsApp*, o vídeo institucional que trata da experiência e iniciativa
77 do Banco do Brasil, reportado anteriormente. Dando sequência, o **Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires**, Técnico do Seguro
78 Social lotado na Diretoria de Benefícios, apresentou informações sobre o tempo médio de concessão utilizado para
79 acompanhamento do Termo de Acompanhamento de Conduta (TAC), celebrado com Ministério Público, abordando a
80 evolução em relação à diminuição desse tempo médio, bem como as ações implementadas de janeiro de 2021 a janeiro
81 de 2022. Destacou o aumento do número de servidores, os quais estão participando, de forma voluntária, do programa
82 de gestão, que tem como objetivo dar consistência à análise. Foram apresentados os seguintes dados referentes ao tempo
83 médio de concessão: Aposentadorias por idade: diminuição de 180 dias para 125 dias; Tempo de Contribuição: diminuição
84 de 122 dias para 84 dias; Aposentadoria Especial: diminuição de 250 dias para 152 dias; Aposentadoria de Professores:
85 diminuição de 113 dias para 47 dias; Salário-maternidade: diminuição de 206 dias para 77 dias; Auxílio Reclusão:
86 diminuição de 62 dias para 48 dias; Benefício de Prestação Continuada (BPC) Idoso: diminuição de 145 dias para 88 dias;
87 Pensão Ex-combatente: diminuição de 187 para 77 dias; Pensão Seringueiro: aumento de 138 dias para 168 dias. Ressaltou
88 que todos os benefícios, que envolvem perícia médica, se encontram suspensos nesse momento, para fins de contagem
89 do prazo. Abrindo para manifestações, o **Sr. Natal Léo** observou que os dados apresentados no Comitê são diferentes
90 desses apresentados para o CNPS, no qual houve a exposição de dados por região e por estado. O **Sr. José Carlos Oliveira**
91 informou que os dados por estado podem ser apresentados, porém antecipou que a situação não é boa. O **Sr. Presidente**
92 esclareceu que a apresentação trouxe os mesmos dados apenas com uma visão diferente, e sugeriu que fosse realizada a
93 abertura desse dados de maneira regional, caso fosse necessário. O **Sr. José Carlos Oliveira** realizou um apanhado geral
94 da apresentação realizada no Comitê, relatando que estão acompanhando os prazos do acordo dos estados de São Paulo
95 e da região sul do país. Quanto à região nordeste, relatou que estão sendo realizados movimentos, dentre uma política
96 de capacitação nacional, para nivelamento da situação. Registrou que estão com dificuldade no que se refere aos estados
97 da região norte e centro-oeste. Com a palavra, o **Sr. Presidente** sugeriu que os relatórios apresentados no Comitê fossem
98 enviados aos conselheiros, para que avaliação da possibilidade de inclusão na pauta da próxima reunião, o que foi acatado.
99 O **Sr. Evandro Morello** observou que, apesar dos dados apresentados mostrarem um padrão de melhora, há um prazo
100 muito elástico para a resolução dos requerimentos de benefícios, o que mostra a existência de problemas estruturais no
101 INSS quanto ao atendimento da demanda, além da falta de servidores. Pontuou sobre a importância da transparência dos
102 dados do INSS referente ao TAC e questionou qual o quantitativo de benefícios, que estão na fila para análise,
103 considerando o prazo de 45 dias, com o recorte regional. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** compreendeu que seria necessário
104 abrir mais os dados, inclusive, contemplando a questão regional, para que possam pensar em soluções para superar as

105 dificuldades existentes. O **Sr. Natal Léo** arrazoou que a apresentação realizada no Comitê está regionalmente muito bem
106 feita e o **Sr. Odair Bortoloso** indagou quantas agências existem no país e qual a média de servidores. Em resposta, o **Sr.**
107 **José Carlos Oliveira** explicou que existem cerca de 1.700 agências do INSS no país, e que o número de servidores depende
108 do tamanho e da estrutura das agências. Com a palavra, o **Sr. Presidente** registrou que as informações dos relatórios
109 mencionados serão divulgadas para debate na próxima reunião do Conselho. Instado o segundo ponto de pauta:
110 Orçamento do INSS para 2022, o **Sr. José Carlos Oliveira** informou que o PLOA 2022 previa cerca de R\$ 1,4 bilhão para
111 custeio do INSS, porém, conseguiram elaborar uma nota técnica justificando o aumento de mais um bilhão de reais,
112 ficando, no total, R\$ 2,4 bilhões no orçamento para 2022. Todavia, relatou que houve um corte de R\$ 988 milhões no
113 momento da sanção pela Presidência da República, retornando praticamente ao valor do PLOA, o qual é insuficiente, e
114 levará o fim dos recursos em caixa, podendo em algumas situações afetar a folha de pagamento dos aposentados em
115 junho e outros pagamentos em agosto de 2022. Explanou que foi realizada reunião com a Casa Civil, que sinalizou a
116 possibilidade de recomposição do valor retirado. Na sequência, a **Sra. Larissa Andrade Mora**, Diretora de Gestão de
117 Pessoas e Administração do INSS (DGPA), expôs o quadro comparativo dos valores destinados às ações orçamentárias
118 referente à PLOA 2022, emendas, PLOA - CN, Veto - PR e LOA. Elencou os riscos ao funcionamento pela ausência da
119 suplementação, sendo: descumprimento à Lei nº 14.199/2021 – gratuidade nas ligações para a Central 135;
120 descumprimento à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) – realização de teleperícia em municípios que estão sem
121 Perito Médico Federal; não retomada do atendimento presencial; redução na concessão automática de benefícios por
122 ausência de cobertura orçamentária; interrupção do atendimento em unidades, ao longo do ano, por perda de contratos;
123 prejuízo à imagem da Autarquia e do Governo Federal por falta de atendimento e atrasos nas análises; questionamentos
124 de órgãos de controle por fixação de dotação insuficiente aos atuais contratos; fechamento obrigatório de Agências da
125 Previdência Social, inclusive de prédio próprio; e risco no funcionamento do Órgão por ausência de pagamento das
126 despesas obrigatórias. Discorreu que existem outras necessidades que precisam de suplementação em 2022: redução dos
127 riscos a rede do INSS por ausência de computadores com garantia; agilizar o reconhecimento de direitos pelos servidores
128 para redução da fila; adquirir equipamentos para expansão da avaliação remota e da Perícia Médica com Uso da
129 Teleavaliação, em atendimento ao Acórdão nº 2.597/2020; cumprir demandas do Ministério Público para acessibilidade,
130 prevenção contra incêndio, manutenção de telhados, climatização para proteção dos usuários contra a Covid e outras
131 doenças respiratórias; manter os pagamentos dos honorários periciais em ações acidentárias nos Tribunais Estaduais;
132 contratar exames complementares, em cumprimento da Ação Civil Pública nº 00895.000899/2020-41; adquirir órtese e
133 prótese para segurados em programas de reabilitação; capacitar servidores para redução dos indeferimentos e concessões
134 indevidas; e outras demandas para a melhoria do serviço prestado ao cidadão. Por fim, destacou que o valor total
135 solicitado, a ser suplementado em 2022, é de R\$ 1.243.630,00. Abrindo para debate, o **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa**
136 ponderou que a contratação de terceirizados nunca funcionou, uma vez que são utilizados recursos para treinamento e o
137 contratado é dispensado depois de um período. Observou ser necessária a recomposição de parte dos servidores que
138 estão deixando o INSS, desde que o sistema do INSS funcione e defendeu o convênio com empresas na forma como foi
139 realizado anteriormente. Pontuou que a solução para o problema seria a contratação por concurso público. O **Sr. Evandro**

Morello afirmou que é necessário derrubar o veto Presidencial ao orçamento do INSS, a fim de que haja um orçamento garantido para execução das ações planejadas, e sugeriu que a sociedade civil se mobilize a esse respeito junto ao Congresso Nacional. O **Sr. Francisco Pegado** ponderou que não se pode criticar a possibilidade de contratação de mão de obra terceirizada para o atendimento específico e relatou que, em sua opinião, a decisão do INSS de procurar os meios para diminuir o tempo de espera dos seus usuários é acertada. O **Sr. Odair Bortoloso** pontuou que o INSS deveria procurar as centrais sindicais para auxiliá-lo na elaboração dos convênios. O **Sr. Natal Léo** discorreu que o prazo extenso se dá ao processamento do requerimento e não ao atendimento em si. Com a palavra, o **Sr. José Roberto Savoia** arrazoou que o atendimento presencial é fundamental e alertou que a situação poderá piorar antes de melhorar, tendo em vista o volume de atendimentos represados. O **Sr. Ubiramar Mendonça** informou que a DATAPREV possui um acordo com o INSS, no qual poderão encontrar solução conjunta no que diz respeito ao processamento da folha de outubro, novembro e dezembro de 2022. O **Sr. Francisco Pegado** afirmou que estão vivendo um momento muito adverso e ressaltou que deve ser realizada uma ação concreta e objetiva com todos os cuidados necessários. Solicitando a palavra, o **Sr. Presidente** salientou que acompanhou várias reuniões em que o Presidente do INSS solicitou e defendeu a realização de concurso para o Ministério da Economia, porém, não se pode ignorar que o Congresso Nacional cortou, brutalmente, o orçamento destinado a aprovação da LOA. O **Sr. José Carlos Oliveira** explicou que, em sua visão, a contratação de terceirizados fortaleceria a categoria, pois ajudaria a restabelecer o atendimento. Falou das parcerias que estão sendo realizadas para valorizar o trabalho realizado pela Autarquia, como a criação de um programa de capacitação em larga escala, a criação da escola da previdência, e a valorização do servidor de forma a ser capacitado sem oneração. O **Sr. Presidente** encerrou o presente ponto da ordem do dia, discorrendo que cada entidade poderá, por meio das suas representações, levar o debate sobre o orçamento ao Congresso Nacional. Solicitada a palavra, o **Sr. Natal Léo** sugeriu a elaboração de documento do CNPS aprovando a proposta de recomposição orçamentária do INSS na forma apresentada. O **Sr. Presidente** propôs trabalhar pela retirada do veto Presidencial e, posteriormente, incluir uma eventual apreciação de manifestação do Conselho referendando a recomposição orçamentária, a depender do andamento do debate, o que foi acatado. Ato contínuo, passou-se ao terceiro ponto da ordem do dia: Resultados RGPS 2021. Com a palavra, o **Sr. Rogério Nagamine Costanzi** registrou que boa parte das informações apresentadas estavam disponível no *site* do Ministério do Trabalho e Previdência de forma detalhada e, sobre os valores nominais do RGPS em 2021, falou que, atualmente, se tem R\$ 462,2 bilhões de arrecadação líquida total e R\$ 709,6 bilhões de despesa líquida total, totalizando um *déficit* de R\$ 247,3 bilhões. Quanto ao setor urbano, explanou que houve R\$ 451,9 bilhões em arrecadação líquida e R\$ 544 bilhões em despesa líquida, totalizando um *déficit* de R\$ 112,2 bilhões. Já no setor rural, foram 10,4 bilhões em arrecadação líquida e R\$ 145,5 bilhões em despesa líquida, tendo uma necessidade de financiamento de R\$ 135,2 bilhões. Explicou, sobre a evolução do resultado acumulado de janeiro a dezembro de 2016 a 2021, destacando que houve um aumento do *déficit* de R\$ 149,7 bilhões em 2016, para R\$ 247,3 bilhões em 2021. Quanto aos setores urbano e rural, explanou que houve aumento do *déficit* de R\$ 46,3 bilhões para R\$ 112,2 bilhões no setor urbano, e de R\$ 103,4 bilhões para R\$ 135,2 bilhões no setor rural. Em seguida, expôs a evolução da arrecadação líquida total e despesa líquida total em relação ao PIB, observando que houve uma despesa de 8,2% e uma arrecadação de 5,3% do PIB, gerando um *déficit* de 2,9% em 2021. Com relação ao setor urbano,

observou que houve uma redução das despesas de 7,1% em 2020, para 6.5% do PIB em 2021. No setor rural, comentou que houve uma pequena redução nas despesas de 1,8% em 2020 para 1,7% do PIB em 2021, e manutenção de 0,1% na arrecadação líquida. Passando à análise de comparação, em termos nominais, do resultado de 2021 e o resultado de 2020, relatou que foi observado um crescimento, expressivo, da arrecadação de R\$ 404.772,5 bilhões para R\$ 462.244,1 bilhões (14%), e de despesa de R\$ 663.904,4 bilhões para R\$ 709.582,5 bilhões (6,9%), resultando em recuo da necessidade de financiamento de R\$ 259.131,9 bilhões para R\$ 247.338,4 bilhões (-4,6%). Quanto à composição da arrecadação líquida do RGPS no mês de dezembro de 2021, demonstrou que 1,3% foi de arrecadação líquida rural, 0,7% de compensação/desoneração da folha de pagamento e 97,9% de arrecadação líquida urbana. Já as despesas, 19,7% foram com benefícios previdenciários rurais, 77,1% benefícios previdenciários urbanos, 2,6% passivo judicial e 0,7% Comprev. Informou que houve um incremento de 36.126.514 benefícios, em dezembro de 2020, para 36.356.594, em dezembro de 2021 (0,6%), considerando os benefícios do Regime Geral e Assistenciais. Excluindo os benefícios assistenciais, passou de 31.239.908 para 31.522.687 (0,9%). Discorreu sobre as despesas com benefícios emitidos do RGPS em termos de quantidade e valor, por espécie de benefício, em dezembro de 2021, detalhando essas despesas por até um salário mínimo, e por faixa de valor. Apresentou as tendências de arrecadação, despesas e necessidade de financiamento em relação ao PIB, de 1955 a 2021, aos benefícios emitidos de 2012 a 2021, e o resultado da Seguridade Social em valores nominais em 2021, destacando que houve arrecadação de R\$ 978.695.751 e despesa de R\$ 1.276.124.310, resultando em *déficit* de R\$ 288.428.559. O **Sr. Presidente** agradeceu e registrou que esse ponto possui o propósito de cumprir com uma das competências do Conselho, de dar conhecimento do resultado operacional, como também dos resultados qualitativos e quantitativos em termos do resultado orçamentário do Regime Geral. Afirmou que os materiais e os *links* de acesso às informações seriam distribuídos, aos conselheiros, ao final da reunião. Os **Srs. Francisco Pegado, Natal Léo e José Roberto Savoia** parabenizaram pela apresentação. Instado o quarto ponto da ordem do dia: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de janeiro de 2022, sobre reajuste de benefícios do INSS. O **Sr. Rogério Costanzi** agradeceu pelas considerações anteriores e informou a publicação da Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, no dia 17 de janeiro de 2022, a qual estabelece, em seu art. 1º, o reajuste de 10,16% aos benefícios pagos pelo INSS a partir de 1º de janeiro de 2022. Registrou que o novo piso da Seguridade Social, em 2022, será de R\$ 1.212,00 e o teto R\$ 7.087,22. Discorreu que as contribuições dos segurados empregados, inclusive do doméstico e do trabalhador avulso, serão calculadas mediante a aplicação da alíquota correspondente sobre o salário de contribuição mensal, de forma progressiva, de acordo com a tabela constante do Anexo II, a saber: (i) até 1.212,00 - 7,5%; (ii) de 1.212,01 até 2.427,35 - 9%; de 2.427,36 até 3.641,03 - 12%; de 3.641,04 até 7.087,22 - 14%. Explicou que a EC 103/2019 trouxe regras de transição para a aposentadoria por tempo de contribuições (TC), a serem aplicadas em 2022, sendo: (i) Art. 15 - Regra Geral: Pontos (idade + TC): 89 mulheres e 99 homens; TC mínimo: 30 mulheres e 35 homens; Professores: Pontos (idade + TC): 84 mulheres e 94 homens; TC mínimo: 25 mulheres e 30 homens; (ii) Art. 16 - Regra Geral: Idade: 57,5 mulheres e 62,5 homens; TC mínimo: 30 mulheres e 35 homens; Professores: Idade: 52,5 mulheres e 57,5 homens; TC mínimo: 25 mulheres e 30 homens; (iii) Art. 18 – Idade: 61,5 mulheres e 65 homens; TC mínimo: 15 mulheres e 15 homens. Não havendo manifestações, o **Sr. Presidente** agradeceu pela exposição e reiterou que os materiais seriam distribuídos aos conselheiros para divulgação aos seus

210 associados. O **Sr. Edivando de Araújo** parabenizou o INSS por todas as ações realizadas e agradeceu pela oportunidade de
211 fazer parte do Conselho.

212 **IV – INFORMES**

213 O **Sr. Francisco Pegado** informou que, no dia 22 de fevereiro de 2022, foi realizada a 1ª Reunião de Instalação do Grupo
214 de Trabalho do Programa Permanente de Cidadania Financeira e Previdenciária, cujos objetivos são o de criação do
215 Programa e de discussões de iniciativas visando apoiar a transparência, concorrência e a redução de custos dos
216 empréstimos consignados. O **Sr. Presidente** também informou a realização da Reunião do Grupo de Trabalho de
217 Consignados, no dia 23 de fevereiro de 2022, na qual houve discussão a respeito dos encaminhamentos quanto à
218 segurança, empréstimos não solicitados, assédios e reclamações. Comentou que será providenciada uma minuta de
219 resolução, com objetivo de adequar à aplicação de penalidades em função do descumprimento de preceitos relativos à
220 execução e operacionalização do crédito consignado, entre outras medidas, no que concerne aos projetos pilotos
221 realização. Explanou que a próxima reunião do GT será agendada em função da minuta, objetivando a elaboração de
222 entendimento sobre o assunto, para deliberação do CNPS em sua reunião do mês de março. O **Sr. Rogério Costanzi**
223 comunicou a publicação da Portaria que trata da antecipação de benefícios do INSS para as cidades de Petrópolis/RJ,
224 Canapi/AL, Teresina de Goiás/GO, as quais se encontram em situação de calamidade pública reconhecida pelo Governo
225 Federal. Pontuou que seria interessante o envio dessa portaria aos conselheiros para auxiliá-los na conjuntura das cidades
226 citadas. O **Sr. Presidente** afirmou que a sugestão é relevante e solicitou que também fossem enviadas todas as portarias
227 editadas pelo INSS referentes à operacionalização das medidas de modo concreto. Notificou que foi editada a Portaria nº
228 389, de 23 de fevereiro de 2022, que criou o Comitê Gestor de Medidas de Amparo a Trabalhadores e Beneficiários do
229 INSS nos municípios em situação de calamidade pública e estabelece medidas a serem adotadas ao amparo dos
230 trabalhadores e beneficiários do INSS. Registrou que essa portaria também será encaminhada aos conselheiros.

231 **VI – ENCERRAMENTO**

232 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 287ª Reunião Ordinária
233 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Larissa Claudia
234 Lopes de Araújo redigi, e Maria Velloso, Coordenadora-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados e Secretária Executiva do
235 CNPC, lavrou a presente ata, aprovada pelo Colegiado. Brasília, 24 de fevereiro de 2022.